

## APRESENTAÇÃO

### MULHERES INTÉRPRETES DO BRASIL

*Arilda Arboleya*<sup>1</sup>

*Camila Carolina Hildebrand Galetti*<sup>2</sup>

*Caroline Aparecida Guebert*<sup>3</sup>

*Emilly Gabriela Menezes Franco*<sup>4</sup>

*Hilton Costa*<sup>5</sup>

As chamadas “interpretações do Brasil” são produções intelectuais que elaboram uma explicação adensada e abrangente sobre o curso, os condicionantes e as configurações da formação nacional. Muito além do mapeamento acerca da tecitura contextual da realidade no passado, tais interpretações nos permitem especialmente reconhecer a condição de processo que age na conformação do presente: elas desnudam as cadeias interdependentes entre arranjos estruturais e simbólicos ao longo

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná, pesquisadora da área de Pensamento Social Brasileiro. E-mail: arildaarboleya@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4789-1483>.

<sup>2</sup> Mestra e doutoranda em sociologia pela Universidade de Brasília, pesquisadora da área de Sociologia Política, Teorias Feministas e Neoliberalismo. E-mail: cchgaletti@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2364-2519>.

<sup>3</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisadora da área de História Intelectual e História Social da Cultura. E-mail: carolineap.guebert@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6350-7595>.

<sup>4</sup> Mestranda em Ciências Sociais e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. Pesquisadora da área de Pensamento Social Brasileiro e gênero. E-mail: emillygmfranco@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9978-7824>.

<sup>5</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná, pesquisador da área de Pensamento Social Brasileiro, Brasil Imperial e Relações Raciais. E-mail: hcosta@uem.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2140-7729>.

do desenvolvimento sócio-histórico, elas escarnam as composições entre condições objetivas, sujeitos protagonistas e semânticas sociais na construção da ordem social operante, e expõem as formas pelas quais os intercursos da mudança social conservam renitentes e coevos certos ajustes exclusivistas dessa mesma ordem. Estas interpretações do Brasil nos possibilitam, assim, perceber formas múltiplas de acomodação entre o autóctone e o macro sistêmico, as quais conformaram, na condição de processo, o complexo contemporâneo de uma sociedade diversa regida por sociabilidades autoritárias.

As cadeiras nos cursos universitários e as *enciclopédias* sobre estas grandes interpretações nacionais elencam, em geral e com alguma variabilidade, autores que vão desde Padre Antônio Vieira (1608-1697) a Florestan Fernandes (1920-1995), este comumente apresentado como um dos últimos grandes intérpretes do Brasil. Sem surpresas e sem constrangimentos, anotadas raríssimas exceções, tais levantamentos deixam de incluir mulheres nessa categoria de “intérprete” nacional que aqui acionamos. E, talvez como uma das marcas elementares da fluidez dessa nossa sociabilidade autoritária, por muito tempo essa ausência não foi sentida como um problema.

Pesam sobre a composição dessa *naturalidade*, bem sabemos, o silenciamento e a invisibilização feminina que a moldura patriarcal inscreve sobre as relações sociais. Ela é tão perspicaz que, mesmo no ambiente crítico da academia, rotineiramente acabou por operar um escalonamento dos conhecimentos produzidos, da legitimidade e importância do que se produz e da oportunidade de ser ouvido, a partir do escalonamento socialmente estabelecido para os corpos de quem produz esses conhecimentos. São movimentos, por vezes muito sutis, que historicamente resultaram em delegar às produções acadêmicas femininas um sublugar, por muito tempo normalizado, deslocando-as de uma posição de relevância, atribuindo peso menor às suas construções explicativas, promovendo mesmo um apagamento do conhecimento produzido pelas intelectuais brasileiras. É quase como se essas produções femininas não existissem, tal a desafetação com que foram esquecidas ao longo de décadas de estudos do pensamento social sobre intérpretes do Brasil.

Todavia, o influxo das transformações societárias e da reconfiguração dos movimentos sociais desencadeado a partir dos anos 1970 na Europa, e acompanhados no Brasil em fins dos anos 1980, impôs à teoria social como um todo questionar sua epistemologia, suas estratégias metodológicas e algumas de suas categorias explicativas centrais. No enlevo dessa *crise de paradigmas*, oportunizada no levante das teorias pós-estruturalistas e subseqüentemente na expansão das teorias feministas e dos estudos pós-coloniais, deu-se vasão analítica à interseccionalidade das dominações subjetivas e estruturais, dimensionando a articulação crítica da relação corpo, saber e poder.

Embora os monopólios de legitimidade e valoração dos conhecimentos e explicações produzidos nas últimas décadas no país tenham ainda se mantido em grande medida patriarcais, brancos e nortecêntricos, desde a virada do século temos assistido ao levante de um inconformismo cada vez mais assente entre grupos historicamente subjugado à naturalidade da ordem desigual do saber. Na esteira da ampliação dos acessos de tais grupos às universidades, frequentemente alinhados a movimentos sociais e identitários, presenciamos também a ascensão de um comportamento crítico de estudantes que passaram a questionar com frequência e veemência as cadeias de poder que a simples definição de um programa de curso pode encerrar, isto é, os apagamentos que a engenharia patriarcal, até então naturalizada, promove sobre outras formas de saber, de conhecer e de explicar a realidade social. Não raras se tornaram, então, as contestações em ambientes letivos acerca das ausências: por que não lemos mulheres? Não existem interpretações nacionais produzidas por mulheres? Não existem outras explicações abrangentes relevantes sobre o Brasil?

É, em muito, em razão do acumulado deste tensionamento provocado pela base estudantil que este Dossiê se constrói. E sua primeira premissa é, por certo, a afirmação de que existem sim interpretações acerca da formação nacional brasileira, de seus condicionantes e configurações, produzidas por intelectuais mulheres e, por vezes, firmadas em chaves de gênero. Isso é particularmente expressivo a partir de meados do século XX, quando a notável presença feminina em cursos de ciências

humanas em processo de institucionalização fez ascender toda uma geração de pesquisadoras mulheres que exploraram esquemas diversos da conformação nacional.

Inscrevemos, pois, nessa categoria, autoras cujas produções contribuíram para a compreensão da ordem social brasileira e da sua condição processual ao longo da história, muito embora tenham sido postas à margem ou apenas tardiamente tenham alcançado reconhecimento de seus trabalhos. Dentre outros, alguns exemplares dessa condição podem ser encontrados nos trabalhos de Virgínia Leone Bicudo (1910-2003), Carolina Maria de Jesus (1914-1977), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1918-2018), Gilda de Mello e Souza (1919-2005), Maria Sylvia de Carvalho Franco (1930- ), Heleieth Saffioti (1934-2010), Elisabeth Sousa Lobo (1943-1991), Lélia Gonzalez (1935-1994), intelectuais cujas interpretações de Brasil disputaram a narrativa sobre a formação nacional à sua época, suscitando discussões epistemológicas no campo acadêmico ao promoverem formas, enfoques e estratégias diferenciadas de análise e explicação.

Afirmar essa perspectiva implica, portanto, em trazer para o centro da reflexão dos estudos de pensamento social as disputas acerca da conformação de sua agenda analítica, isto é, dos condicionantes que agem na constituição de seus cânones e na definição do que se lê como interpretação nacional. Implica, pois, em perguntar quais são e como se firmam os marcadores de centralidade, relevância ou marginalidade no campo. Nesse esforço, contrariando o movimento recorrente nos processos formativos nas ciências sociais – que rotineiramente relegando análises produzidas por mulheres e/ou em chaves de gênero às cadeiras específicas sobre teorias feministas, como um ramo descolado do complexo teórico explicativo do mundo social – o locus de leitura aqui proposto investe, pois, em um giro metodológico. Por ele reclama-se às produções intelectuais femininas tramadas no arranjo explicativo da conformação nacional, o status de epistemologia, de parte ativa da teoria social, de explicação válida da formação social brasileira por uma chave analítica que destaca outros elementos a se considerar no exercício interpretativo.

Chamamos atenção, assim, para uma forma de fazer que, nas cadeias contentoras da sociabilidade exclusivista patriarcal, foi legada à condição de “temas menores”, marginais, paliativos, mas que configuram, antes, um outro modo de fazer interpretação nacional, articulado no deslindamento de dimensões operacionais determinantes da ordem social a partir de recortes aparentemente circunscritos. Explorando pensadoras diversas, com enfoques diversos e em perspectivas diversas, os artigos que compõem o presente Dossiê devotam-se a esse exercício de apresentar diferentes formas pelas quais algumas de nossas intérpretes nacionais empreenderam suas análises.

No primeiro deles, Laila Correa e Silva enfoca Ignez Sabino (1853-1911) como intérprete do Brasil que, em fins do século XIX, produziu uma história das mulheres, que destacava o seu papel no espaço público e na construção da nação. A partir, sobremaneira, da obra *Mulheres Ilustres do Brasil* (1899), Silva analisa esse projeto de historiografia, que pode ser melhor compreendido à luz da produção literária mais ampla de Ignez Sabino, e também das redes letradas e políticas nas quais ela estava inserida de formas múltiplas, como os movimentos sufragista, republicano e abolicionista e os veículos de imprensa “fundados e dirigidos por mulheres, com o propósito de atuar em favor da emancipação do sexo feminino”, nos anos 1880 e 1890. Segundo a análise, Sabino usou conhecimentos científicos, jurídicos e da história nacional para construir enredos literários; escreveu para ser lida por mulheres e contribuiu para uma transmissão cultural crítica de instituições e fatos sociais, tais como: casamento, educação, trabalho e cidadania, a fim de modificá-los. Se as coletâneas de perfis biográficos dos “grandes homens” eram relativamente comuns naquela conjuntura, Ignez Sabino e outras intelectuais, como Sarah Josepha Buell Hale e Henriqueta Galeno, fizeram deles instrumentos para colocar em circulação projetos feministas. Além disso, a obra de Sabino é apontada como um contraponto intencional às interpretações moralizantes dominantes, então veiculadas pelos pares, por exemplo, em livros como *Brasileiras Célebres* (1862), de Joaquim Norberto de Souza, ou *Mulheres Célebres* (1878), de Joaquim Manuel de Macedo, ambos voltados a celebrar algumas mulheres dentro dos limites da esfera doméstica.

Outra importante contribuição ao esforço deste Dossiê é dada por Anita Pequeno, cujo artigo coteja as trajetórias de vida de Lélia Gonzalez (1935-1994) e de Gilberto Freyre (1900-1987), uma em relação a outra e também em relação ao pensamento social produzido por eles, considerando a centralidade das relações raciais em suas interpretações sobre o Brasil. Pontue-se que Freyre alcançou a posição de um intérprete do país reconhecido na década de 1930, quando Gonzalez nasceu. Ela produziu num contexto geracional e historiográfico de especialização acadêmica e marcado por transformações, denúncias e reivindicações trazidas pelo Movimento Negro Unificado e pelos movimentos em prol do desmantelamento do Império colonial português em África, entre outros, a partir dos anos 1970. Atentando-se a ensaios de Lélia Gonzalez que foram recentemente publicados (em 2020), o artigo investe explorar em que medida “o pensamento de Gonzalez se construiu, em grande parte, em contraposição ao pensamento freyreano”. Este mapeamento do jogo de oposições teóricas e políticas – que perpassam a teoria do lusotropicalismo de Freyre e a do “Amefricanismo” de Gonzalez, por meio de seus conceitos, categorias, metáforas e engajamentos – auxilia a leitura sociológica e histórica mais ampla de diferentes projetos políticos e teóricos para o país. Nesse enredo, diferentemente do enfoque freyriano sobre as aptidões dos colonizadores portugueses que fizeram da mestiçagem um mito, conquanto que um elemento pacífico de atuação social e psicológica estruturante da sociedade brasileira, o racismo emerge enfocado por Gonzalez como uma rede de violências estruturantes (e uma neurose) no Brasil, o que não apagaria, mas, ao contrário, ressaltaria e celebraria a agência negra no processo de formação da nação.

Itamá Winicius do Nascimento Silva, autor do terceiro artigo deste Dossiê, estuda a vida e a obra de Vânia Bambirra (1940-2015), cientista social que se desloca do contexto universitário e de pós-graduação de Brasília durante a Ditadura Militar Brasileira, tornando-se uma intelectual exilada no Chile e no México, cuja reinserção acadêmica no país de origem foi simultânea ao processo de Redemocratização do Brasil. Parte de sua obra, em função disso, foi escrita em espanhol e vem ganhando traduções recentes. Bambirra teve vasta produção no campo da teoria marxista da

dependência, pelo viés interpretativo da superexploração capitalista, uma das perspectivas fluentes acerca do fenômeno da dependência. Conforme deslinda o autor do artigo a partir da análise da obra *O capitalismo dependente latino-americano* (1972) e do diálogo da autora com outros marxistas, como Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, bem como suas disputas com o chamado “grupo uspiano”, essa intérprete nacional localiza a vinculação do Brasil à América Latina como um exercício fundamental para situar a realidade nacional no capitalismo global. O artigo enfatiza, assim, a interpretação de Bambirra como uma “busca pelo entendimento do capitalismo no pós-guerra com suas repercussões na América Latina no geral e no Brasil em particular”, concentrando-se, sobretudo, em dois conceitos capitais da obra: a) tipologia da dependência; b) integração monopólica mundial. É por meio desses conceitos que Bambirra investe explicar as consequências diferenciadas do desenvolvimento capitalista em diferentes países, bem como teorizar sobre uma nova configuração do sistema capitalista que ela entendia estar em voga no seu tempo, a qual teria como repercussão, entre outros acontecimentos relevantes, o Golpe civil-militar de 1964. Em conexão com essa análise macroestrutural, o artigo destaca que o papel social e revolucionário das mulheres foi tematizado por esta intelectual em dinâmica analítica interdependente à sua própria atuação acadêmica e política, que lhe permitiram ler criticamente “as limitações da visão pequeno-burguesa e liberais burguesas, presentes no movimento feminista [...] [e] unir o problema da exploração do trabalho feminino com a crítica ao modo de produção capitalista, base desta exploração”.

Evidenciando a versatilidade das leituras possíveis que aqui intenta-se destacar enquanto interpretações do Brasil, o quarto artigo deste dossiê leva o debate ao campo do pensamento educacional: Patrícia Dotti do Prado retoma a trajetória profissional da educadora Pórcia Guimarães Alves (1917-2005), considerando os diversos espaços pelos quais ela circulou entre os anos 1930 e 1960, participando da construção de conhecimento especializado em educação. O artigo se centra, particularmente, nas contribuições da autora ao estudo social da repetência escolar, tema da sua tese de concurso à cátedra de Psicologia da Educação, na Faculdade

de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná em 1961, produzida quando ela ocupava a posição de diretora do Centro Educacional Guáira (CEG), na cidade de Curitiba. Autora de “uma interpretação sobre a desigualdade social e sua renitência no sistema educativo [...] Alves enfoca redes de interações entre os termos escola-estudante-sociedade”, quando a reprovação escolar no ensino primário alcançava índices altos, chegando mesmo a ser considerada uma calamidade pública. O artigo aponta, assim, o diálogo entre essa tese e a agenda mais ampla do INEP durante a direção de Anísio Teixeira (1952 a 1964) e no contexto de implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961. Por meio de um estudo de caso realizado no contexto da segunda metade dos anos 1950, a reprovação e a repetência dos estudantes foram inovadoramente lidas não como resultado de incapacidades intelectuais discentes, mas como consequência de fatores justapostos, relativos, respectivamente à estrutura escolar, à vida familiar e psíquica discente e às condições sociais de higiene urbana. A originalidade da interpretação produzida por Pórcia Guimarães Alves pode ser reconhecida no fato de que, embora a educação permeie os trabalhos clássicos do Pensamento Social Brasileiro, este tem sido recorrentemente um tema marginal na área e a questão da reprovação escolar ganharia aderência na Sociologia Brasileira apenas na década de 1970. Muito antes, portanto, a intérprete aqui enfocada já disputava a narrativa sobre a nação discutindo o interesse público e acadêmico sobre o assunto e construindo dados até então inéditos, cuja interpretação elaborava uma explicação diagnóstica e também uma solução original.

Ampliando o repertório das estratégias analíticas empreendidas por mulheres intérpretes do Brasil, este Dossiê explora também algumas produções que problematizam as relações entre literatura e pensamento social. Nesse enlevo, Josefa Lieuza Leite e Maria Edileuza da Costa investigam a escrita de Rachel de Queiroz (1910-2003) sobre a seca, o sertão, a estrutura agrária e a migração nordestina no início do século XX, como uma interpretação nacional que se manteve atual, descarnando a dimensão de processo ativa no curso do desenvolvimento social. O artigo contextualiza-se, assim, os diferentes planos de ação e personagens postos em cena em seu livro *O Quinze* (1930), obra de



estreia de Rachel de Queiroz em meio à chamada “geração de 1930” e à própria conjuntura de consolidação do romance no mercado editorial, que marcou, posteriormente, o seu reconhecimento como autora no domínio da literatura brasileira. Detalha também as ingerências na recepção a obra por críticos como Adolfo Casais Monteiro – que a definiu como romance social regional – e Graciliano Ramos – que duvidou, a princípio, que ela tivesse sido escrita por uma mulher. Outros nomes, como Adonias Filho, Moisés Massaud e Antonio Candido, entre outros, também são acionados na localização desse lugar de relevância do trabalho de Rachel de Queiroz enquanto expressão de pensamento social. A marca elementar dessa configuração reside, de acordo com o artigo apresentado, na leitura das relações das personagens com as circunstâncias naturais e sociais na luta pela sobrevivência nas “vivências, espaço, tempo” da vida nordestina e brasileira. Tais pontos são especialmente ressaltados na retomada da crítica literária produzida nos anos 1970 relativamente à escritora e ao seu romance, conjuntura na qual ela se tornou a primeira mulher eleita à Academia Brasileira de Letras (em 1977).

Também assumindo a literatura como linguagem e como fonte de uma narrativa sobre/do Brasil, mas agora em suas correlações com memórias cotidianas, Amanda Moura Souto e Matheus Silva Freitas se voltam ao *Diário de Bitita*, livro póstumo da escritora Carolina Maria de Jesus (1914-1977), publicado primeiramente na França, em 1982, e posteriormente no Brasil, em 1986. Trata-se de um livro no qual a autora rememora sua infância, adolescência e início da juventude, por meio dos lugares onde viveu, de relações familiares e com a escola e a leitura, no período do pós-abolição da escravidão no Brasil. Interessa, pois, pensar a questão da elaboração memorialística, ficcional e poética das temporalidades das experiências negras no Brasil, cujos personagens encarnam sujeitos reflexivos, “dotados/as de sonhos e, principalmente, de inquietações frente às disputas raciais”. À luz do conceito de cronotopo, do filósofo Mikhail Bakhtin, para além do enquadramento da obra como um retrato da pobreza, da violência e das desigualdades sociais e raciais brasileiras, o artigo se interessa pela *complexidade estética, crítica e moral* na forma como a autora conta sobre si e sobre o mundo, por exemplo, submetendo as

durações da história ao deslocamento e à simultaneidade do racismo que persiste. Nesse sentido, o trabalho considera a forma como a escrita literária dessa intérprete tensiona imaginários nacionais hegemônicos, argumentando que “através das memórias presentes no *Diário de Bitita*, Carolina de Jesus está disputando as formas de se narrar e interpretar a história do Brasil”, usando inscrições da memória como dispositivo de registro, repleto de crítica social, que entrelaça “reencenações e sonhos entre passado e futuro”.

Por fim, a última contribuição a este dossiê, inscrita no artigo de Nanah Sanches Vieira, Tânia Mara Campos de Almeida e Vitor C. Camargo de Melo, enfoca a literatura indígena contemporânea a partir da obra de Graça Graúna, pensadora indígena Potiguara, vislumbrando “repensar profundamente nossa identidade enquanto povo, nação e Brasil, nominando-o em verso e prosa, como faz ineditamente essa intérprete”. Para tanto, temas como pluralidade, alteridade, educação, direitos humanos, sororidade entre os parentes indígenas são enfocados de forma conjunta. Na mesma senda, confrontando a invisibilização étnica com a questão do indianismo na literatura brasileira, pela análise da produção de Graça Graúna questiona-se o processo histórico de construção de uma nação eurocentrada no Brasil, mobilizando a interpretação da própria Graúna sobre os cânones, sobre a literatura escrita por indígenas e sobre as contribuições da oralidade ancestral, das cosmologias, das auto-histórias e dos saberes que formam “um conjunto de vozes, em que cada autor testemunha e atualiza os conhecimentos dos mais velhos. [...] assumindo-se sujeito cognoscente em meio hostil e aniquilador da diferença”. É assim que a construção de novo(s) projeto(s) coletivo(s) utópico(s) é também reivindicada no mesmo passo em que se visa compreender tais implicações no Pensamento Social Brasileiro.

Os artigos acima apresentados são modais das discussões que ascendem no pensamento social sobre as formas outras, as formas não canônicas de se pensar a engrenagem da formação nacional e seus condicionantes. Eles dão mostra acerca de em que consistem essas interpretações marginais (ou marginalizadas na disputa pela definição das agendas de pesquisa) sobre o arranjo societário brasileiro. São expoentes de

algumas de suas conformações narrativas, de enfoques e objetos dos quais se ocupam, do modo como se constroem e de seus giros metodológicos. Por tais modais podemos perceber em que essas produções não canônicas se aproximam e se afastam dos cânones estabelecidos e reconhecidos. Deixando, assim, perceber as singularidades destas contribuições, abrem trilha para a crítica dos caminhos convencionais e normalizados do pensamento social, mas também para a crítica desses caminhos alternativos sugeridos, fomentando o debate metodológico e epistemológico que é imperativo do processo de produção do conhecimento, como circuito que não se fecha.

Coroando esse esforço crítico-reflexivo, este Dossiê abriga também uma entrevista com a professora Mariana Chaguri (IFCH/UNICAMP), a qual investe ressaltar essa dimensão da complexidade e da postura crítica necessária na produção do pensamento social, problematizando o lugar da diferença na constituição dessa agenda. Assim tramada, a conversa fluída perpassa a trajetória de constituição de sua identidade acadêmica, descortina as relações compósitas e heurísticas entre as perspectivas de gênero e o pensamento social e, esmiuçando contornos das produções de algumas intelectuais brasileiras fulcrais, fornece uma leitura, sempre em chave crítica, acerca dos lugares e possibilidades das interpretações nacionais produzidas por mulheres. Nesse exercício, a entrevista nos doa um acervo analítico sobre barreiras e oportunidades, tipicidades e configurações, repertórios e singularidades, objetos e métodos dessas produções.

As dificuldades experimentadas ao longo da organização desse Dossiê, tanto para conseguir trabalhos que de fato engendrassem uma investigação acerca de mulheres intérpretes do Brasil quanto para conseguir pareceristas que se julgassem aptas/os para a avaliação das propostas recebidas, denota o tamanho do desafio e do caminho que ainda há por percorrer no sentido de abrir-se criticamente ao giro metodológico aqui agitado. Ainda que facilmente se reconheça a interdependência entre diversos condicionantes estruturais e comportamentais na constituição da ordem social, parece permanecer vigente uma certa jurisprudência secreta que normaliza sujeitos e lugares produtores de determinados

conhecimentos, e canoniza uma forma de fazer hostil à diferença. Nessa configuração, perceber em produções intelectuais de sujeitos marginais, com formas narrativas não convencionais e enfoques *outsiders*, o escopo de uma interpretação do Brasil, é ainda exercício estranho.

Deixamos aqui o nosso convite à criticidade dessa condição, legitimado nas assimetrias que historicamente se aninharam na patriarcalidade do saber.